



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Maria Luiza Figueiredo dos Santos

**O Brasil como mediador no sistema internacional: o caso
da Venezuela**

Trabalho de conclusão de curso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Victória Santos

Rio de Janeiro
Dezembro de 2024

À minha família

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à minha professora orientadora, Victória, sem ela esse trabalho não seria possível. Muito obrigada pelo apoio, pela paciência e pela disponibilidade, foram essenciais no meu percurso. Também gostaria de agradecer à minha mãe, meu pai, meu irmão, todos me apoiaram durante a graduação e agora nesse trabalho de conclusão de curso. Além disso, gostaria de agradecer à professora Mariana que foi muito importante nos momentos de correção e de mostrar que a disciplina pode fazer toda a diferença. Finalmente, agradeço à professora Marta por todo o percurso na faculdade, pelas oportunidades se abriram, e por se disponibilizar a ser minha segunda leitora.

Resumo

Figueiredo dos Santos, Maria Luiza. **O Brasil como mediador no sistema internacional: caso da Venezuela.** Rio de Janeiro, ano. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esse trabalho de conclusão de curso teve como objetivo mostrar como o Brasil se posiciona como mediador no sistema internacional, especialmente no caso da Venezuela. O Brasil tenta se destacar no sistema internacional como um país “responsável”, que tem capacidades de lidar com crises e resolvê-las, tentando angariar apoio para suas reivindicações de reforma às instituições internacionais. Dessa maneira, a relação entre os dois países é explorada, principalmente a partir de 2013, com o falecimento de Hugo Chávez. Depois desse episódio, aumentam as tensões no país bolivariano, sendo uma oportunidade para o Brasil revelar suas capacidades de apaziguador no mundo. As complexidades na relação bilateral do Brasil e da Venezuela são reveladas aos poucos, assim como a importância que a Venezuela tem para o Brasil.

Palavras-chave

Brasil 1; Venezuela 2; Maduro 3; Mediação 4; Crise 5.

Abstract

Figueiredo dos Santos, Maria Luiza. **Brazil as a mediator in the International System: the Venezuelan case.** Rio de Janeiro, ano. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis analyzes Brazil's role as a mediator in the international system, focusing on the case of Venezuela. The study highlights Brazil's efforts to position itself as a responsible country capable of managing crises, thereby bolstering its demands for reforms in international institutions. The bilateral relationship between Brazil and Venezuela is examined, particularly after 2013, when the death of Hugo Chávez intensified tensions in the Bolivarian country. In this context, Brazil found an opportunity to showcase its capacity as a peacemaker. The study reveals the complexities of this bilateral relationship and the strategic importance of Venezuela to Brazil.

Keywords

Brazil 1; Venezuela 2; Maduro 3; Mediation 4; Crisis 5.

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 7 |
| 2. Paz e segurança na política externa brasileira | 9 |
| 3. Crise venezuelana e tentativas de resolução | 22 |
| 4. Desafios e conclusão | 29 |
| 5. Referências bibliográficas | 31 |

No one pretends that democracy is perfect or all-wise. Indeed, it has been said that democracy is the worst form of government except all those other forms that have been tried from time to time.

Winston Churchill, Britannica

1. Introdução

A partir do governo de Nicolás Maduro a Venezuela tem passado por épocas conturbadas, o regime autoritário já foi acusado de cometer diversos crimes contra os direitos humanos em todo país (Nações Unidas, 2024). Nesse contexto, o Brasil se vê obrigado a se manifestar sobre o assunto, procurando formas de mediar a situação. Foram diversas tentativas que o Brasil, com apoio de outros países, se posicionou para remediar a crise na Venezuela. Atualmente, Nicolás Maduro está há 11 anos no poder, tendo sido reeleito três vezes. A última eleição, em 2024, Nicolás Maduro teve a sua vitória reconhecida por alguns países como China, Qatar, Rússia e Irã (Poder 360, 2024), ao passo que, outros como os Estados Unidos, o bloco da União Europeia, e vários países latino-americanos rejeitaram o resultado (G1, 2024). O Brasil pediu as atas eleitorais para tomar sua decisão e apenas irá reconhecer o presidente com tais documentos (Amorim, 2024).

O Brasil é conhecido pelo seu papel de mediador no sistema internacional, além do caso da Venezuela, ao longo da história da política externa brasileira diversos episódios marcaram essa trajetória brasileira. Dessarte, esse Trabalho de Conclusão de Curso visa estudar o papel do Brasil como um ator apaziguador no sistema internacional e quais são os seus objetivos com esse trabalho, algumas pautas reivindicadas pelo Brasil podem fornecer algumas pistas. O país sempre desejou ser mais incluído no sistema internacional, e considera-se que o instrumento da mediação é utilizado no sentido de dar poder de barganha ao Brasil (Dieckhoff, 2014). Através da história da política externa brasileira pode-se constatar como o país costuma se posicionar como um Estado neutro, visando sempre manter o diálogo com todos no sistema internacional.

Exploraremos também o caso da Venezuela, como o Brasil tem atuado para melhorar a crise, desde o início até a situação atual, mostrando como que as circunstâncias do país boliviano podem ter consequências para o Brasil. Em agosto de 2024 o assessor especial do presidente Lula, embaixador Celso Amorim, foi convidado para a Comissão de Relações Exteriores do Senado (Senado, 2024), para responder aos questionamentos dos senadores e as ações do governo em relação à Venezuela. Foram demandadas ações firmes do presidente, questionando o congelamento da posição brasileira, dado que, o prazo para o Brasil se posicionar era receber as atas da Venezuela, mas elas nunca chegaram. Em resposta, Amorim afirmou:

Eu não posso fixar um ultimato [à Venezuela] porque um ultimato se você cumpre é um desastre, e se você não cumpre você perde a credibilidade. (...) estamos usando todos os instrumentos pacíficos para que a gente chegue a uma conclusão. (AMORIM, 2024)

Além de intentar melhorar situação venezuelana, o Brasil se atenta à dinâmica de poder na América do Sul, ressignificando o seu lugar como ator político no continente sul-americano. O país ambiciona a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, como estabelecido na Constituição de 1988 (artigo 4º, parágrafo único). Dos dez princípios mencionados na Carta Magna um é a solução pacífica dos conflitos e outro é a não-intervenção. A tentativa de aproximação dos países sul-americanos com o Mercosul através do processo de integração regional pode ser considerado um exemplo de uma política externa brasileira que busca maiores parcerias com seus vizinhos. Nessa linha de pensamento, pode-se concluir que a história da diplomacia brasileira nutre boas relações com os países do sistema internacional, principalmente seus vizinhos.

Este Trabalho de Conclusão de Curso visa mostrar as complexidades da adoção da postura brasileira face à crise venezuelana atual, usando como base a história da política externa brasileira, com ênfase nos esforços de promoção e manutenção da paz, e as relações Brasil-Venezuela. Ademais, para contextualizar as dificuldades da manutenção dessas relações que afetam a gestão da crise atual, serão explorados alguns episódios que dificultaram a posição brasileira no internacional e quais atores fora do Brasil participaram.

O trabalho está organizado da seguinte forma, o capítulo 1 é a introdução em si, o capítulo 2 fala sobre a paz e segurança na política externa brasileira, ou seja, trechos importantes do percurso histórico brasileiro a partir do século XX. A primeira parte do capítulo dois narra o contexto histórico, do século XX. A segunda parte do capítulo dois foca no século XXI e sobre a importância das mediações para o Brasil. Depois, a terceira parte do capítulo dois expõe a integração regional da América Latina e as relações bilaterais Brasil-Venezuela. Finalmente, o capítulo três dá o contexto da crise venezuelana e quais foram as tentativas brasileiras e de outros atores regionais de mediar a situação. As fontes utilizadas nesse trabalho trataram de uma revisão da literatura sobre a política externa brasileira, a integração regional e a crise na Venezuela. Além disso, as fontes primárias são, em sua maioria, organizações internacionais e seus relatórios, e as fontes secundárias são artigos acadêmicos.

2. Paz e segurança na política externa brasileira

2. 1. A trajetória histórica da paz na política externa brasileira

No início do século XX, o Brasil começou a adotar uma postura mais assertiva em relação ao sistema internacional. De forma que a política externa passou de americanismo ingênuo para um pragmatismo instaurado pelo Barão do Rio Branco (Doratioto e Vidigal, 2014). Desde essa época, a diplomacia brasileira evitava ao máximo a guerra, privilegiando o pacifismo com diálogo e negociações. Durante as conversas entre os países latino-americanos que ainda não tinham suas fronteiras bem limitadas com o Brasil, o Barão do Rio Branco adotou medidas não bélicas de solução de problemas.

Podemos citar o caso do Acre em que o Barão do Rio Branco solucionou de forma pacífica e diplomática o conflito. Durante a sua estadia na Alemanha, o Barão toma conhecimento do caso do *Bolivian Syndicate* que estava invadindo território brasileiro para fins comerciais, dessa forma, assim que foi convidado para ser ministro das Relações Exteriores ele declara o Acre território litigioso com base no Tratado de 1867 (Doratioto e Vidigal, 2014). No entanto, alguns especuladores do *Bolivian Syndicate* tentaram expandir territórios e exportar látex através de navegações oceânicas, passando por território brasileiro para chegar ao mar. Logo depois, o presidente brasileiro Rodrigues Alves impede a circulação de navegações estrangeiras em rios nacionais e oferece 100 mil libras para os aventureiros pararem. Após esse episódio, as negociações com a Bolívia foram iniciadas e o Brasil estava em vantagem, munido de fortes argumentos para fazê-la reconhecer a soberania brasileira sobre o Acre. O acordo foi concluído depois de o Brasil pagar 2 milhões de libras esterlinas e ceder um pouco mais de 2 mil metros quadrados entre os rios que permitiam acessar o Amazonas e alcançar o Atlântico. E assim o governo boliviano reconheceu a soberania brasileira sobre o Acre (Doratioto e Vidigal, 2014).

Além do seu importante papel na condução das negociações da fronteira do Acre com a Bolívia, José Maria da Silva também conseguiu posicionar o Brasil em uma posição ponderada entre os Estados Unidos e a Europa. Durante as suas missões na Europa, o Barão testemunhou o imperialismo europeu destruir a África, tendo um forte receio de que o mesmo poderia acontecer no Brasil. Por isso, o Barão tenta se equilibrar em uma aliança com os norte-

americanos que possa servir de contenção para possíveis intervenções europeias no seu país (Doratioto e Vidigal, 2014).

A aproximação aos EUA não era nova, mas foi usada de forma tática, dando poder de barganha ao Brasil face ao imperialismo europeu que o Barão do Rio Branco acreditava ser uma ameaça ao país. Portanto, o Barão do Rio Branco teve um importante papel na condução da política externa brasileira ao posicionar o país em um equilíbrio entre a Europa e os Estados Unidos, sem necessitar recorrer à força bélica (Doratioto e Vidigal, 2014). Tal forma de condução da política externa foi tão importante para o país que ela será reproduzida por outros chefes de Estado brasileiros, que se inspiram no pragmatismo e pacifismo do Barão do Rio Branco.

Partindo para o governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, o Brasil vive o momento entreguerras e logo depois a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, Vargas tentou posicionar o Brasil de uma maneira estratégica sem ter que se comprometer com a Europa dos aliados e os Estados Unidos ou o comércio com a Alemanha. Porém, os Estados Unidos exerceram forte pressão para uma tomada de posição durante a guerra pelo Brasil e Vargas resistiu até o último momento. Dessa forma, constata-se como o Brasil se equilibra entre as potências europeias e as americanas através da história, construindo assim seus traços particulares na forma de conduzir a política externa: pragmática e pacífica.

Durante esse período o Brasil vive uma política externa de equidistância pragmática (Moura, 1980). Após Adolf Hitler ter tomado o poder na Alemanha, o governo germânico iniciou um projeto de expansão para a América Latina, visando exercer uma forte influência no continente. Dessarte, o comércio era um importante mecanismo para cumprir esse objetivo, o comércio de compensação foi uma iniciativa com grande sucesso nos países latino-americanos, em que o escambo entre produtos era feito sem a necessidade de usar moedas fortes como a libra ou dólar. Sem mencionar a admiração pelo maquinário alemão bélico pelo Brasil junto com o pensamento militar ter grande influência no país (Moura, 1991).

Tal aproximação não agradava aos EUA ou os países aliados europeus, o que deixava Vargas com um forte poder de barganha para negociar outros acordos comerciais. Ademais, os Estados Unidos estavam passando por um delicado período econômico após a crise de 1929, a sua recuperação envolvia a recomposição do comércio internacional, o que fazia o país defender o livre comércio. Naturalmente, a América Latina era um grande fornecedor de matéria prima para os EUA, o que significava ser um ator relevante na recuperação norte-americana. Assim, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, inaugurou a política de boa vizinhança

caracterizada pelas negociações diplomáticas e colaboração econômico-militar, evitando soluções coercivas (Moura, 1991).

Dessarte, Vargas puxava a colaboração dos Estados Unidos, que investia no Brasil com programas de assistência econômica, informação, esforços de aproximação com os militares brasileiros, entre outras. Marcando como o Brasil conseguiu usufruir dessa diplomacia de equidistância pragmática.

Além da guerra na Europa que colocou o Brasil em uma situação delicada, houve problemas na América Latina foram uma questão para o Brasil mediar. Entre eles a questão de Letícia, entre Peru, Colômbia e o Brasil, e a Guerra de Chaco, entre Bolívia e o Paraguai. No que se refere às divergências que estavam ocorrendo na região do Chaco Boreal, entre a Bolívia e o Paraguai, havia a crença de que se tratava de uma rica região petrolífera, estimulando os dois países a entrar em um conflito armado de 1932 até 1935 (Ricupero, 2017). O Brasil mediou a situação junto a Argentina, atuando o chanceler brasileiro Afrânio de Melo Franco e o argentino Carlos Saavedra Lamas. Melo Franco sugeriu um arbitramento diplomático à Bolívia e o Paraguai, mas não teve sucesso. Em seguida, um outro conflito armado se iniciou. Tornando o entendimento entre os países impossível no momento, a guerra ainda iria durar alguns anos.

Finalmente, outro caso importante foi a política externa independente (PEI) formulada nos anos 1960, ela foi desenvolvida por três razões: contribuir para o desenvolvimento econômico e social, diversificar as alianças internacionais e contribuir para a paz mundial. Dessa forma, o Brasil age com autonomia e exerce mais protagonismo no cenário internacional. A PEI pode ser caracterizada por algumas linhas de atuação: expansão do comércio brasileiro, apoio ao anticolonialismo, estreitamento de relações com os Estados africanos, asiáticos e europeus, cooperação com a América Latina, e apoio ativo à Organização das Nações Unidas (Doratioto e Vidigal, 2014).

Durante os anos 60, o Brasil estava inserido no enredo da Guerra Fria, sendo obrigado novamente a fazer balanceamento das suas alianças, sem mencionar as questões domésticas de forte instabilidade na política com os militares. Na esfera internacional a revolução cubana testava a qualidade diplomática do Brasil, colocando-se contra o isolamento de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), o que desagradou aos Estados Unidos. Destacase o discurso dos três Ds proferido pelo ministro das Relações Exteriores, Araújo Castro, na XVIII Assembleia Geral das Nações Unidas: desarmamento, descolonização e desenvolvimento econômico (Chacon, 2008).

Além disso, durante a Guerra Fria surgiu o movimento dos Não Alinhados entre os países considerados de terceiro-mundo. Foi fundado em 1955 na Conferência de Bandung na Indonésia, por países da África e Ásia, além da Índia e Iugoslávia. O mundo estava dividido em dois blocos, o soviético e o americano e os países em desenvolvimento se viam coagidos a escolher um lado, por isso surge o não alinhamento, uma união de países que escolhe permanecer neutro e não ceder às duas potências (Chacon, 2008). Apesar do Brasil não ter sido um dos membros fundadores ele participou como membro observador e partilha dos seus objetivos. Atualmente, os Não Alinhados é o maior grupo de países depois das Nações Unidas, aumentando de membros até os dias de hoje.

Logo, através da PEI nota-se o esforço do Brasil em se manter pacífico diante de todas as hostilidades no cenário internacional. O ministro Araújo Castro valorizava a tradição diplomática do Barão do Rio Branco e acreditava no diálogo com todos os continentes, nesse sentido que ele faz a palestra sobre *O Congelamento do Poder Mundial*, em que atacava o congelamento do poder (político, militar, econômico, científico e tecnológico). O Brasil deve poder ajudar a construir a independência mundial junto com a manutenção da soberania de cada Estado (Chacon, 2008).

Na década de 1970, foi adotado o Tratado de Não Proliferação Nuclear, refletindo o “congelamento de poder” mencionado anteriormente. De acordo com essa tese, o TNP diferencia nações adultas e responsáveis de não responsáveis e não adultas, sendo as primeiras já detentoras de poder nuclear (nações responsáveis) e as últimas são proibidas de adquirir (nações irresponsáveis). Nesse sentido que a política externa brasileira se posiciona contra essa organização de poder mundial até 1998, quando o Brasil aderiu ao TNP no governo de Fernando Henrique Cardoso (Vidal, 2013).

Respeitando a tradição diplomática brasileira, no que tange processos de mediação, João Goulart esteve envolvido na negociação de prisioneiros da Brigada 2506, em 1962, no episódio da baía dos Porcos em Cuba. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e Cuba entraram em conflito direto no desembarque da baía dos Porcos, uma tentativa americana de depor o chefe de Estado cubano revolucionário, Fidel Castro. Fazendo uso da tática CIA, que é não se envolver diretamente, os Estados Unidos recrutam exilados cubanos para fazer parte desta empreitada. Eliminando a influência comunista de perto das suas fronteiras.

Então, devido ao pouco investimento do presidente Kennedy na operação, a brigada 2506 foi massacrada e encarcerada pelos cubanos e Washington se viu obrigado a assumir a culpa da falha na missão publicamente. Porém, ao realizar a *mea culpa* afirmando o seu

envolvimento, a vida dos rebeldes seria sentenciada à morte no regime de Castro, os EUA estavam em uma situação complicada já que ambos haviam rompido relações diplomáticas. Tentativas de negociação não-oficiais foram realizadas, mas sem sucesso. Nesse momento que John Kennedy apela ao Brasil, um país que mantinha relações vis-à-vis Cuba, e se destacava pela Política Externa Independente. Deve-se lembrar que o Brasil na OEA pregava a não-intervenção à situação política de Cuba após a Revolução Cubana (Mendes, 2023).

A mediação do Brasil nessa situação se mostrava complexa, dado que os Estados Unidos não estavam muito disponíveis a ceder à autodeterminação de Cuba e as relações bilaterais EUA-Brasil estavam deterioradas naquela época. Além disso, Cuba estava reticente em postergar ou liberar os detentos de seu julgamento, dado que o crime que haviam cometido em sua legislação era traição, passível de execução. Nesse momento, tanto Kennedy quanto Jango estavam incomodados com tal situação, o presidente americano pelas consequências que as notícias de Cuba poderiam afetar a opinião pública americana e o seu homólogo brasileiro pela proximidade da sua viagem oficial aos EUA e pela posição cubana insensível aos direitos humanos. Goulart, sob pressão americana, apelou publicamente ao presidente cubano por pela diminuição da pena aos prisioneiros. Além disso, o Brasil usou seu canal diplomático para informar aos cubanos que se fuzilassem os rebeldes os EUA seriam obrigados a tomarem medidas drásticas como resposta, pressionados pela opinião pública, junto com o isolamento latino-americano que Cuba seria disposta ao realizar tal execução (Mendes, 2023).

Dessa forma, o Brasil atuou nessa situação tentando apaziguar dois países antagonistas da Guerra Fria, usando uma estratégia de distensão regional. Claramente, o país também buscava melhorar suas relações com os EUA, mas a preocupação de uma escalada do conflito causada pela possível execução dos prisioneiros não pode ser descartada (Mendes, 2023).

2. 2. A paz na política externa brasileira atualmente

No século XXI, o Brasil começou a se engajar mais nas operações de paz na ONU, passando de um mero ajudando para um ator importante nas missões, chefiando a do Haiti. Os diversos motivos para a sua participação podem ser discutidos, mas nota-se que o país está chamando a atenção dos países do Conselho de Segurança para atender às demandas brasileiras de ter um assento permanente, assim como promover uma reforma das instituições internacionais. Além disso, será também desenvolvido as relações bilaterais Brasil-Venezuela,

oferecendo uma base histórica para a sua compreensão, podendo se compreender a situação atual.

2. 1. 1. As Missões de Paz na ONU

Partindo para o século XXI, com o primeiro e o segundo governo do presidente Lula o Brasil começou a adotar uma política externa mais assertiva, ainda sendo a favor do sistema multilateral, reivindicando um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e defendendo uma reforma das organizações do sistema internacional – afirmando que são as culpadas de fazerem a manutenção das desigualdades nesse regime. Por isso, foram tomadas medidas para que o país ganhasse crédito por parte da comunidade internacional para que suas demandas sejam ouvidas. No início, o presidente Lula começou o seu primeiro mandato usufruindo de uma boa condição econômica no país, o que fez muitos analistas internacionais acreditarem que o Brasil iria ter um forte crescimento, como na capa da revista *The Economist*, com a imagem do cristo decolando (Lessa *et al*, 2020). Tendo então, boas perspectivas futuras para o Brasil.

Assim, o presidente aproveitou o momento e iniciou alguns projetos no exterior para conquistar os países de seu discurso sobre a reforma das Nações Unidas, junto com o assento permanente do Brasil no CSNU. A mais famosa das iniciativas foi a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), ocorrida em 2004. O objetivo era favorecer a imagem do Brasil como líder na criação da estabilidade na América do Sul. Ademais, o presidente Lula levou a cabo a expansão das redes diplomáticas e fomentou a política de cooperação para o desenvolvimento. Todas essas medidas, visavam mostrar que o Brasil estava mudando o seu papel no sistema internacional e se tornando um protagonista nesse cenário (Lessa *et al*, 2020).

Dessa forma, ao assumir a liderança da missão MINUSTAH o Brasil mudou sua posição no sistema das Nações Unidas, de um participante para um líder de operações dos capacetes azuis. Tal modificação foi feita de forma estratégica pelo presidente Lula da Silva, o Brasil assumiu um papel importante e angariou apoio de membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas para pleitear seu assento permanente no órgão. Já que a iniciativa contava com o apoio da França e dos Estados Unidos, o primeiro apoiou a participação do Brasil

e o último teve um alívio nas suas tropas que estavam estacionadas no Haiti, podendo partir para o Iraque o Afeganistão (Kenkel e Harig, 2017).

Importante mencionar que, inicialmente, o Brasil recusou evocar o capítulo VII da Carta das Nações Unidas na MINUSTAH, que obriga o uso da força nas operações de paz. O costume da política externa brasileira era de sempre enviar suas tropas para missões que faziam uso somente do capítulo VI, que implicava uma solução pacífica sem uso da força. No entanto, após sofrer pressões pelos EUA, pela França e até mesmo pelas Nações Unidas a usar meios coercivos, o Brasil se viu obrigado a adotar meios coercivos devido à intensa violência das gangues que dominavam o Haiti. No entanto, o Itamaraty queria manter a papel do Brasil como engajado nas melhoras econômicas nos países do Sul global, de maneira que, foram angariados esforços para o desenvolvimento econômico no Haiti. No MINUSTAH o Brasil empregou a Companhia de Engenharia Brasileira (BRAENCOY) como um contribuinte crucial para construir a infraestrutura do local e batalhões de infantaria atuaram com um papel de desenvolvimento social (Kenkel e Harig, 2017).

Dessarte, a missão no Haiti ensinou muito ao Brasil, tanto de forma diplomática quanto de forma militar. As táticas desenvolvidas foram absorvidas pelo Ministério da Defesa e o Itamaraty prestou atenção à necessidade dos cidadãos de serem protegidos durante a atuação dos capacetes azuis. Refletindo assim, as novas perspectivas brasileiras às operações de paz após sua experiência no Haiti (Kenkel e Harig, 2017).

Assim, o Itamaraty reconhece que as operações de paz são um mecanismo importante para o Brasil se engajar internacionalmente e se mostrar como um país com um poder responsável. Tenta-se ganhar status tanto na comunidade do Sul global quanto a do Norte global. O Brasil participou de operações de paz na África lusófona, contribuindo para operações da ONU na Angola e Moçambique, na América Central, além de ter se engajado em operações em El Salvador e Guatemala, também participou da força de operações de paz no Chipre e Timor-Leste (Kenkel *et al*, 2020).

Constata-se que o Brasil usa o humanitarismo para conquistar mais status no sistema, junto com um papel ativo nas formulações de princípios e operações que façam mais sentido para países em desenvolvimento. Pode-se citar o princípio de Responsibility while Protecting (RwP), nas Missões de Paz da ONU, como um destaque da diplomacia brasileira. Ele foi desenvolvido para complementar o Responsibility to Protect (R2P), e tem como objetivo resolver a questão da soberania estatal em relação à proteção dos direitos humanos - especificamente em violações cometidas contra cidadãos pelos seus próprios governos. Dessa

maneira, nota-se como o Brasil se engaja nas Missões de Paz e realiza mudanças que adequem essas operações aos cenários mais contemporâneos (Kenkel e Haring, 2017), buscando então um lugar de destaque e mais participação.

2. 1. 2. Sobre a angariação de poder mediador na PEB

Pode-se refletir de maneira mais crítica sobre o Brasil ser conhecido pelo seu papel de mediador na política internacional. Milena Dieckhoff (2014) fala sobre como países emergentes utilizam a mediação como uma forma de ascensão no sistema internacional. Ela afirma que, de fato, países emergentes podem contribuir para a resolução de conflitos. Apontando para o caráter regional de participação desses países, geralmente se concentrando na sua região que exerce alguma influência (Dieckhoff, 2014), como o Brasil nos seus esforços no MINUSTAH. Assim, acredita-se que a mediação é direcionada como atividade, mas com uma ampla estratégia de influência, visível acima de tudo no nível regional (Dieckhoff, 2014). Nem todos os países vão estar de acordo com as características de um processo de mediação.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2012, na resolução 65/283 requisitou ao Secretário-Geral um relatório sobre o papel da mediação nas disputas, a prevenção e resolução de conflitos. Nesse documento, o Brasil e outros países do Sul Global se manifestaram sobre o tema, oferecendo suas visões. A declaração brasileira se destaca pela ênfase que é dada na configuração cultural na qual a mediação está sendo realizada, essa contribuição brasileira serve como um aviso da falha de métodos de resolução de conflitos em países com culturas completamente diferentes, pois elas se comunicam e negociam de formas distintas. O Brasil, assim como outros países, dá destaque às questões legais da mediação, ao princípio da não interferência e do desenvolvimento de uma abordagem *case-by-case* nas intervenções de mediação (Dieckhoff, 2014).

Dessa forma, pode-se ler a performance dos países em desenvolvimento por uma abordagem estatista, já que os presidentes e os primeiros-ministros são geralmente os únicos que agem como mediadores. Como se vê em vários casos a mediação é, muitas vezes, altamente personalizada, e, em alguns casos, a diplomacia também, no caso brasileiro muitos estudiosos chamam esse fenômeno de diplomacia presidencial ou, como Dieckhoff escreve “diplomacia presidencial rotineira”. Nessa “diplomacia presidencial ativa”, as relações pessoais dos líderes

políticos são essenciais, mesmo se apoiadas por um Ministro de Relações Exteriores bem treinado e estabelecido (Dieckhoff, 2014).

Dessa forma, a mediação pode ser compreendida como uma ferramenta concreta pela qual os países emergentes buscam para serem reconhecidos como atores da paz indispensáveis, dando ao país um “status e estima social” específicas. Uma política comum entre países emergentes como África do Sul, China, Turquia e Brasil é o “*zero problem with the neighbour policy*”, dado que, melhorar as relações com os vizinhos melhora a credibilidade do país como mediador e sua imagem de um player responsável. Pode auxiliar a preservar prerrogativas regionais em garantir de que não pode ser excluído das gestões das crises pelos players exteriores. Assim, a mediação também é apresentada como uma ferramenta eficaz para melhorar o desenvolvimento econômico da região como um todo. Logo, pode-se concluir que essa “diplomacia de paz proativa” apresenta consequências positivas para as partes no conflito, o mediador e a região (Dieckhoff, 2014).

O presidente Lula, em 2003, no 33º Fórum Econômico, afirmou que a prioridade da sua política externa era “construir uma América do Sul que é politicamente estável, próspera e unida, baseada em ideias democráticas e justiça social” (Dieckhoff, 2014). Pode-se questionar se a mediação internacional é uma ferramenta efetiva para os países emergentes para assegurar seu status regional, e apontar para algumas discrepâncias dos Estados nessa tarefa. No caso do Brasil, a ênfase na mediação convive de forma contraditória com seu status, em 2013, como um dos 15 países com maiores gastos militares. Assim, estar ativo na mediação internacional não implica que um país renuncie a sua expansão de capacidade bélica. Mesmo se a mediação é vista como uma “diplomacia niche” (usada por países de médio poder tendo que seguir objetivos limitados devido à suas limitações) (Britannica, 2024) ela não é necessariamente à custa das formas de influência e a mediação não pode ser considerada como uma orientação de política externa exclusiva. Dessarte, quando os países emergentes usam a mediação é impossível não escapar da inconsistência ou de ter uma tendência a alguma das partes.

2. 3. Integração regional e relações Brasil-Venezuela

A partir da década de 1970, o Brasil conclui que uma maior integração com os países da América do Sul poderia ser utilizada de forma tática. Vislumbrando manter a sua autonomia e ter mais voz no sistema internacional, com o continente sul-americano mais fortalecido,

estando livre de imposições de países do Norte, por exemplo. Os países latino-americanos são fortemente dependentes economicamente do Norte global, como o Brasil, Argentina, Venezuela, Colômbia e Chile, por isso se faz necessário reafirmar constantemente a sua autonomia e diminuir a sua dependência (Vigevani e Ramanzini Júnior, 2014). Assim, a região partilha de uma preocupação em comum: sua autonomia, ela que permite cada país exercer sua política externa, mantendo suas diretrizes. Importante lembrar que essa política externa de integração respeita os princípios de independência, cooperação e igualdade entre os Estados, defendida na Constituição de 1988.

Já na Política Externa independente havia essa ideia do Brasil se equilibrar nas potências do mundo e não se desvencilhar de seus aliados vizinhos. Pode-se pensar também a integração regional como uma maneira de se proteger das influências exercidas pelas grandes potências, que influenciam os países do Sul global a agir de acordo com seus interesses, mesmo sendo países independentes e soberanos (Vigevani e Ramanzini Júnior, 2014).

Em meados dos anos 1980, o Brasil iniciou um movimento de integração com a Argentina, tendo como objetivo estimular a competição empresarial e se inserir de forma competitiva no sistema econômico internacional. Esse momento fortaleceu diversos setores brasileiros, como empresários e funcionários do Estado, que acreditavam que o compartilhamento de interesses iria melhorar sua inserção internacional (Vigevani e Ramanzini Júnior, 2014). Em 1988, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento deu início ao Mercosul e à importante aliança Brasil-Argentina para a América do Sul. Os próximos objetivos eram a diversificação de parcerias com o regionalismo estabelecido pelo Mercosul, mantendo a autonomia dos países. No entanto, o Brasil necessitava equiparar as dificuldades e particularidades de cada Estado latino-americano de maneira a facilitar as trocas comerciais, sem ter vantagens desproporcionais e ter margem de negócios. Ademais, o Mercosul precisava de uma nova formulação, mais institucionalizada para atender às demandas dos demais países (Vigevani e Ramanzini Júnior, 2014). Nesse sentido, nota-se que a integração regional tem seus desafios a serem superados, mas o Brasil continua nessa tentativa.

O Brasil e Venezuela são países com históricos semelhantes até certo ponto, ambos foram colônias de potências ibéricas e tinham sua economia agroexportadora como base da época colonial. Aos poucos, ambos foram traçando o caminho até exportadores de petróleo, sendo a Venezuela uma economia petroleira e o Brasil mais focado na agricultura e pecuária, atualmente. A democracia na Venezuela foi um grande desafio na sua história, com constantes

golpes de Estado desde 1899 e gerais dominando a política, sendo várias Constituições regidas e depois destruídas (Antunes, 2017).

Pode-se dividir a integração regional do Brasil e da Venezuela em três ondas. A primeira teve origem no fim da Segunda Guerra Mundial, década de 50, que coincidiu com a CEPAL e a teoria de deterioração dos termos de troca do economista Raul Prebisch. Segundo ele, a América Latina estava presa em um ciclo de dependência eterno, dado que os produtos feitos nos países em desenvolvimento têm um valor agregado muito menor do que os produzidos na Europa ou nos Estados Unidos, sendo mais tecnológicos. Assim, defende-se uma estratégia de substituição de importação para o desenvolvimento industrial. Dessa forma, a Organização dos Estados Americanos e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca auxiliaram nestes objetivos de desenvolvimento e integração econômica (Antunes, 2017).

Depois disso, na década de 60 e 70, a política externa da Venezuela estava apenas condicionada aos seus interesses econômicos e queria apenas a manutenção da cota de petróleo no mercado. Nesse primeiro momento a Venezuela tentou diversificar um pouco a base produtiva da economia, tendo negócios que se expandiram junto com a extração de petróleo, como a construção civil, siderurgia e hidroeletricidade, seguindo a onda de nacional-desenvolvimentismo de Prebisch. No entanto, o Estado já tinha enraizado o petróleo na sua base econômica e continuou com seu status de país cliente (de petróleo). O país sofria com as constantes crises, a população sofria de fome e falta de infraestrutura estando insatisfeita com as políticas públicas adotadas por seus líderes (Antunes, 2017).

Após o golpe de 1964, a Venezuela cortou relações com o Brasil, guiada pela doutrina de rechaço de ditaduras de direita, a Doutrina Betancourt. As relações só foram retornando à normalidade aos poucos a partir de 1966. Na década 70, o Brasil estava sob domínio militar e a Venezuela foi redemocratizada, a última fechou seu mercado à importação, especialmente manufaturados, provocando um afastamento do Brasil – já que a maioria dos seus produtos vendidos para a Venezuela eram manufaturados. Os dois países, anteriormente, faziam uma troca, o Brasil dava produtos manufaturados e ganhava da Venezuela petróleo (Antunes, 2017).

A partir da metade da década de 1970, a Venezuela começou a se reabrir na política externa, atrelou-se ao Movimento dos Não-Alinhados e aderiu ao pacto andino. Desde a Doutrina Betancourt a Venezuela nutria uma certa rivalidade em relação ao Brasil, ela não simpatizava com o modelo brasileiro de desenvolvimento que competia com o seu. No que tange a acordos bilaterais, não foram firmados acordos significativos entre os dois países nesse momento (Antunes, 2017).

No entanto, na segunda onda do regionalismo pode-se constatar uma aproximação estratégica e gradual do Brasil e Venezuela. Na década de 80, muitos países da América Latina sofreram com a crise da dívida externa e com o estabelecimento do regime econômico neoliberal. A Venezuela se viu com a instabilidade dos preços de petróleo, aumentando problemas estruturais no país, aumentando o endividamento externo, e outros fatores que levarão a uma crise. O Brasil tinha passado por 21 anos da ditadura militar e estava realizando a transição de ditadura para democracia. A fase da globalização estava se intensificando e preocupações de segurança na América Latina estavam aumentando, principalmente no que concerne a floresta Amazônica e a sua internacionalização. Dessa forma, a aproximação da Venezuela com o Brasil se constata em 1977 com o Tratado de Cooperação Amazônica, visando o desenvolvimento integrado e sustentável. Ambos os países tinham espaços vazios nas suas fronteiras e visavam ocupá-lo (Antunes, 2017).

Retornando ao Tratado de Cooperação Amazônica, ambos os países sofrem com o vazio populacional nas regiões fronteiriças, além da baixa índice de desenvolvimento humano. Sendo um fator importante que mostra a necessidade de integração entre as duas nações de forma a estimular o desenvolvimento da região. Além disso, em 1980 foi implantado o Centro de Estudos Brasileiros na sede do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade Simón Bolívar, em Caracas, que tinha como objetivo estudar a realidade brasileira e as relações o Brasil e os países na América Latina. Em 1987, foi firmado o Compromisso de Caracas, com a finalidade de criar um eixo regional hábil a promover o processo de integração do Sul da Venezuela com o Norte do Brasil (Antunes, 2017).

Assim, ambos os países estavam em sintonia para uma aproximação ligeira. O Brasil iniciou a criação da multinacional com o governo venezuelano e mexicano para a criação da Petrolatina. E a Venezuela passou a ter aproximação com o Brasil como uma das prioridades de política externa, a redemocratização brasileira facilitou as relações bilaterais (devido à Doutrina Betancourt). Além disso, o Brasil era uma oportunidade para a Venezuela de diversificar parcerias, cujo foco estava, anteriormente, nos Estados Unidos (Antunes, 2017).

No final da década de 1990, Hugo Chávez assume a presidência venezuelana e prioriza as relações com o Brasil, se tornando um importante ator político. Inaugurando, assim, a terceira onda de integração, que começa no início do século XXI. Essa onda é caracterizada pela queda do consenso neoliberal econômico e a ascensão de governantes de esquerda na América do Sul, sendo esse fenômeno político denominado “onda rosa”. No Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva ganhou as eleições presidenciais em 2002. As relações vão melhorando ao Chávez manifestar

seu interesse em ingressar no Mercosul e ambos visam usar a integração como uma forma de melhorar seu desenvolvimento nacional (Antunes, 2017).

Em 1995, é realizada a Declaração de Caracas, que visava a integração energética, fronteiriça, científica e tecnológica. A partir dela que diversos acordos foram celebrados, como o Protocolo de Intenções (petróleo), o Protocolo da Guzmania, Declaração sobre a Formação de uma Área de Livre Comércio, Memorandum de Entendimento sobre Cooperação na Formação de Pessoal Diplomático Através do Instituto Rio Branco e do Instituto de Altos Estudos Diplomáticos Pedro Gual, e o Protocolo Adicional ao Convênio de Amizade e Cooperação (Antunes, 2017).

Nos governos Lula I e II e no governo de Chávez, mais recentes, a relação entre os dois sempre foi próxima. O presidente Lula ao assumir a presidência, ambicionou aumentar a cooperação com a América Latina de maneira a barganhar mais poder no sistema internacional, dando assim, mais autonomia ao Itamaraty (Antunes, 2017). As relações Brasil-Venezuela tiveram o seu auge nessa época, podemos traçar alguns dos eventos mais importantes para a relação bilateral. Primeiramente, podemos retomar a tentativa de golpe na Venezuela contra Hugo Chávez, ocorrida em abril de 2002. Após esse episódio, em 15 de janeiro de 2003 o Brasil promoveu a criação do Grupo de Amigos do secretário-geral da OEA para a Venezuela, buscando ajudar na resolução da crise política naquele país (GARCIA, 2005).

Além disso, os esforços de inclusão da Venezuela por parte de Lula também podem ser constatados na XXVII Cúpula do Mercosul, em Ouro Preto, quando foi formalizada a adesão de Colômbia, Equador e Venezuela como Estados associados ao Mercosul, em 17 de dezembro de 2004. Em seguida em 14 de fevereiro de 2005 o presidente Lula visitou Caracas e assinou com o presidente Hugo Chávez uma declaração para implementar a Aliança Estratégica Brasil-Venezuela (GARCIA, 2005), um marco para a relação.

3. Crise venezuelana e tentativas de resolução

3. 1. Contextualização da crise na Venezuela

Desde a década de 2010, a Venezuela passa por uma forte crise econômica, enfraquecendo suas instituições e a sua democracia. Pode-se afirmar que essa crise na Venezuela é multidimensional, envolvendo fatores sociais, políticos, econômicos e até mesmo culturais. Em 1999, Hugo Chávez assumiu a presidência da Venezuela, sendo extremamente popular e fazendo uso da Constituição a seu favor, concentrando poderes. Importante frisar que a Constituição de 1999 venezuelana prezava a democracia, enfatizando o papel do presidente no regime, mas ao passar do tempo, a oposição defendia um maior autoritarismo no país. Logo, em 2002 os militares deram um golpe de Estado contra Chávez e em seguida houve uma greve na estatal de petróleo venezuelana. As reformas sociais que Chávez estava implementando ameaçavam os interesses das elites, desagradando os militares. Além disso, o presidente havia demitido um importante diretor da Petróleos da Venezuela (PDVSA), que era contra suas diretrizes, gerando uma greve de petróleo nesse período. Esse episódio enfraqueceu muito a democracia venezuelana, contribuindo para a instabilidade do país e suas instituições (Bull e Rosales, 2020).

A Venezuela se tornou um estado cliente do petróleo com as reformas levadas a cabo pelo governo instaurado por Hugo Chávez. A economia do país apenas depende de uma *commodity*, o petróleo. Chávez conectou os benefícios econômicos do petróleo com os investimentos no Estado de bem-estar, necessitando do primeiro para o segundo existir. Nesse sentido, o país apenas iria estar com a balança de pagamento positiva se o petróleo estivesse alto no mercado, mas a economia estaria em crise com a baixa do petróleo. No final, o governo anexou os lucros de empresas de petróleo estatais como PDVSA para arcarem com os custos de programas sociais, sem nenhum tipo de prestação de contas. Além disso, o modelo autoritário instaurado pelo golpe de 2002 viabilizou a utilização dos cofres públicos para custos políticos, premiando lealdade ao regime e punido dissidentes. Isso prejudicou a sustentabilidade da economia venezuelana (Bull e Rosales, 2020).

3. 1 Respostas internacionais e o papel do Brasil

Após a morte do presidente Hugo Chávez a Venezuela estava mergulhada em uma profunda crise. Em 2013, após ganhar as eleições presidenciais com metade do voto, Nicolás Maduro enfrentou um movimento civil intenso e violento que questionava a sua legitimidade. Os protestos de 2014 resultaram em 43 mortos, centenas de feridos e mais de trezentas prisões (Santos, 2015). Assim, a comunidade internacional começou a prestar mais atenção na situação venezuelana, oferecendo tentativas de mediar a situação.

3. 1. 1. Tentativa de mediação da UNASUL

Nesse momento, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) se mostra como um mediador da situação e emite uma resolução que permita a criação de um canal de comunicação entre o governo e a oposição para conselho e apoio entre as partes. No entanto, dois anos após o início do conflito as tensões voltaram a escalar, devido à novas crises causadas pela queda do preço do petróleo, falta de comida, aumento da violência militar e a falta de reconhecimento internacional do presidente Maduro. Os Estados Unidos, por exemplo, não reconheceram sua vitória (Santos, 2015).

A Venezuela manteve prisioneiros políticos e essa foi uma das primeiras medidas que a UNASUL tentou conciliar. O Brasil emitiu um comunicado que afirmava que as eleições parlamentares deveriam ocorrer e que soluções representando uma ruptura institucional não eram aceitáveis. A UNASUL não tem força de coerção, então ela focou em pressionar pela realização de novas eleições, marcando o calendário eleitoral, com a seleção de candidatos de diferentes partidos. Ademais, ela só realizou ações que eram compatíveis com as legislações determinadas pelo país que está sendo assistido, dado que a legislação da organização respeita os princípios de soberania, lei nacional e sua legislação (Santos, 2015).

Além disso, a UNASUL entra em um dilema sobre a sua intervenção na política doméstica de um país no que tange os seus direitos humanos, dado que isso seria um desrespeito ao princípio de soberania de um país. Há um receio de que caso a UNASUL se alie com os

defensores de direitos humanos ela perca a sua neutralidade, sendo um dos seus principais objetivos quando assume um papel conciliador. Dessa forma, a UNASUL faz uso de abordagens cooperativas com a prioridade de reconciliação. Sem mencionar que os países da América do Sul também são questionados sobre suas políticas domésticas de direitos humanos, ou seja, eles receberiam uma repercussão negativa caso interferissem em questões de direitos humanos externos e não internos (Santos, 2015).

Dessarte, em 2015 a UNASUL se sujeitou a uma difícil tarefa de conciliar a crise da Venezuela após Nicolás Maduro assumir a presidência da República Bolivariana. Porém, o bloco não iria de abrir mão de sua neutralidade, nem se impor a democracia e o respeito aos direitos humanos no país, sendo uma mediação árdua. Ademais, os países latino-americanos também tinham suas próprias hesitações nessa negociação, envolvendo suas políticas domésticas e o receio que sua participação na mediação poderia causar.

3. 1. 2. A atuação do Brasil

A crise política durante o governo Maduro não foi a primeira vez em que atores regionais tentaram contribuir para uma solução pacífica de disputas internas na Venezuela. Logo após a tentativa de golpe sofrida por Hugo Chávez pelo exército venezuelano e suas elites em 2002, o presidente Lula da Silva se disponibilizou a melhorar a situação. Uma das suas primeiras medidas foi criar o Grupo de Amigos do secretário-geral da OEA para a Venezuela, buscando ajudar na resolução da crise política naquele país. Esse grupo foi formado por Brasil, Peru, Uruguai e Argentina. Apesar de o grupo não ter resolvido a situação, serviu de apoio para a negociação e estímulo, com o engajamento dos países envolvidos, levando as conversas a nível nacional (Manzur e Carlos, 2010).

Foi nesse contexto de crise de governabilidade, a partir de 2002, que o Brasil começou uma parceria mais intensa com a Venezuela. O governo de Hugo Chávez estava sofrendo com as críticas dos militares e da oposição. Além disso, deu-se início a uma greve da petrolífera PDVSA, após a demissão do seu diretor principal que era contra a política de Chávez. Os Estados Unidos se mostraram preocupados com a situação no país latino-americano e haviam rumores de um possível golpe de estado americano. Pedro Carmona Estanca assumiu o governo da Venezuela no meio dessa crise, com o apoio do EUA e dos meios de comunicação, eles esperavam que Chávez iria renunciar e novas eleições fossem convocadas (Gehre, 2010).

No entanto, Chávez capitalizou a crise em seu proveito, e a mesa de negociações do conflito não tinha qualquer efeito. A situação apenas piorava com a continuação da greve do petróleo e da oposição até 2003. Nesse contexto que, Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, que assumiu a presidência deste ano, formaram uma coalizão que enviou o assessor especial Marco Aurélio Garcia a Caracas, para mostrar o apoio do governo ao recém-eleito e mostrando preocupação em relação à crise. Dessa forma, o governo brasileiro garantiu a segurança energética do vizinho e ofereceu mediar o conflito de interesses entre o governo e a oposição. Seu objetivo era resguardar o governo constituído, mas dar voz à oposição com respeito da autodeterminação dos povos (Gehre, 2010).

Assim, foi criado o Grupo de Amigos da Venezuela, para que pudesse ser oferecido mais instrumentos ao Secretário-Geral da OEA na solução da crise venezuelana. Ao Brasil era importante que a estabilidade voltasse para o seu continente, desenvolvendo uma responsabilidade sistêmica na sua política externa junto com o princípio de solidariedade ativa – o princípio da não indiferença, de acordo com Celso Amorim. O Ministério das Relações Exteriores teve um papel importante no aprofundamento das relações entre Brasil e Venezuela, o governo Lula I deu mais independência para o órgão e exerceu uma política externa mais presidencial também (Gehre, 2010).

Nesse quesito, o Brasil e a Venezuela foram desenvolvendo uma melhor cooperação bilateral assim como uma parceria estratégica. Primeiramente, o Brasil inaugurou uma subestação energética em Boa Vista, devido à linha de transmissão Brasil-Venezuela, dando início a uma parceria energética entre os dois. Importante lembrar que o estado de Roraima é o único que não está conectado ao sistema elétrico brasileiro, sendo essencial a compra de energia da Venezuela. Ainda no eixo energético, os países firmaram um acordo de aproximação entre as petrolíferas Petrobrás e Petróleos de Venezuela (PDSVA), indo contra os interesses dos EUA que tinham grande interesse na segunda companhia. A aliança Chávez-Lula tinha diversas aspirações em comum, uma maior união entre os países da América do Sul, promovendo uma maior regionalização e o redesenho da ordem mundial e suas instituições (Gehre, 2010).

Ambos os presidentes Lula da Silva e Hugo Chávez eram a favor da reforma da hierarquia financeira internacional, com Chávez apoiando o assento brasileiro no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Outra questão foi a social, em que ambos os países lutavam contra a pobreza em seus territórios, formando uma cooperação contra a fome e a miséria. As políticas de Fome Zero mundial de Lula e Fundo Humanitário Internacional de Chávez

começaram a ganhar fama e se apresentavam como um manifesto contra a ordem internacional (Gehre, 2010).

O Grupo de Amigos ou Grupo de Apoio na Venezuela foi criado devido às instabilidades que a Organização dos Estados Americanos (OEA) estava enfrentando na hora de mediar a situação da Venezuela. O secretariado da OEA se viu travado com a situação, devido à mesa de diálogo não ter sido capaz de dar uma proposta para a crise, mal conseguindo acordar uma negociação para conter a violência vivida no país. A iniciativa foi questionada por diversos aspectos, logo o grupo decidiu se manifestar e prestar seu apoio ao Secretário-Geral da OEA. Claramente, o assunto foi sujeito à pressão dos Estados Unidos e do secretário da OEA, relegitimando novamente a organização (Manzur e Carlos, 2010).

A partir de 2003, foi assinada a Declaração contra a violência pela Paz e Democracia, assinada por todos os grupos antagônicos em um ato formal, presidido pelo Secretário-Geral da OEA e o vice-presidente da República. Em maio do mesmo ano o Grupo de Países Amigos do Secretário-Geral para a Venezuela, o Centro Carter, o PNUD e outros chanceleres emitiram um comunicado que apoiava o Secretário-Geral e pediam às partes que chegassem a um acordo que dera fim à crise. No final do mês, o Governo anunciou sua intenção de aceitar o texto junto com a oposição. Ambos assinaram o compromisso da Carta Democrática, que estabelece o direito das pessoas de viver na democracia e que é obrigação de todos defendê-la (Manzur e Carlos, 2010).

No final do ano, devido ao Acordo CNE-OEA sobre o procedimento de observação das urnas na Venezuela, o Tribunal Supremo de Justiça nomeou os membros do Poder Eleitoral, depois de alguns desentendimentos. A oposição entregou 3 milhões de 500 assinaturas suficientes para ativar o referendo revocatório para a presidência. Mesmo depois do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) ter apontado para inconsistências nessas assinaturas e ter gerado uma agitação, o processo continuou. A realização do referendo foi cumprida e envolveu diversos grupos de observadores internacionais, com a Missão da OEA (Manzur e Carlos, 2010).

Dessarte, o objetivo da Missão estava voltado para estabelecer a segurança do sistema, confiabilidade na transmissão de informação, qualidade dos sistemas, tecnologias e provedores selecionados pelo CNE, assim como a confiabilidade no processo eleitoral. Em agosto de 2005, foi cumprido o referendo, o qual deu a vitória para o presidente Hugo Chávez. Os observadores da missão asseguraram que o processo se desenrolou normalmente, e que todos os eleitores se comportaram de maneira cívica, sem violência. O mesmo foi dito sobre o sistema eletrônico do

CNE. Assim, pode-se concluir que a Missão da OEA foi um sucesso, cumprindo todos os seus objetivos (Manzur e Carlos, 2010).

Recentemente, em 2017, Grupo de Lima foi outro exemplo de tentativa brasileira em parceria com outros países latino-americanos e o Canadá de lidar com a situação da Venezuela. Ele é constituído por chanceleres do Brasil, Peru, Canadá, Chile, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e Venezuela. O grupo, no entanto, não tem personalidade jurídica, emitindo apenas declarações dos chanceleres em relação à situação na Venezuela. Ele surge, oficialmente, em 8 de agosto de 2017, com o objetivo de proteger as instituições democráticas da Venezuela de forma pacífica e servir como um facilitador de diálogo no conflito, por fora da OEA. O país estava passando por uma crise de segurança e da ordem democrática, e o grupo pressionou Nicolás Maduro para respeitar as eleições e não dar um fim definitivo à democracia do Estado (Garcia, 2020).

No ano de 2017, a Venezuela passa por manifestações contra o governo, e Maduro reage de forma extrema, levando a cabo execuções, torturas e prisões de manifestantes. Infringindo os direitos humanos, por isso, Os governos da Argentina, Chile, Canadá, Paraguai, Colômbia e Peru com o apoio do secretário-geral da OEA, Luis Almagro, solicitam que a Corte Penal Internacional investigue os crimes cometidos na Venezuela (Garcia, 2020).

O grupo assume o enfoque mais tendencioso à oposição, estando presente uma coalização de governo com afinidades ideológicas a favor da parte prejudicada no conflito, assumindo uma posição de não reconhecimento ao regime de Nicolás Maduro. Ao contrário do Grupo de Países Amigos da Venezuela, liderado pelo Brasil no ano de 2003, o discurso político do Grupo de Lima faz uma confronta direta ao regime. Dessa maneira, constata-se que a diplomacia dos países participantes é predominantemente presidencial, com as tendências políticas a favor da oposição. O grupo também atua como um coletivo regional, se alinhando com as políticas externas do Brasil, da Argentina e da Colômbia. Além de usar a estratégia de ativismo diplomático, denunciando o temo na Corte Penal Internacional, discutindo no Conselho de Segurança da ONU (apoiado pelos EUA), apelando para o cerco diplomático. Sendo então, uma proposta muito diferente de mediação do Secretário-Geral da OEA (Garcia, 2020).

A partir de 2018, o Grupo de Lima começou a adotar um tom mais rigoroso em relação à Venezuela. Os comícios eleitorais de 20 de maio de 2018 foram condenados por seis países (Colômbia, Chile, Argentina, Canadá, Paraguai e Peru), a vitória de Nicolás Maduro não foi reconhecida, mas sim do Juan Guaidó. Além do pacote de sanções adotada pelo Conselho de

Segurança das Nações Unidas, em 2019. Pode-se concluir que o Grupo de Lima foi um esforço internacional de colocar mais pressão na Venezuela por fora dos mecanismos da OEA, dado que a organização preza pela imparcialidade nas suas mediações, o foco da estratégia de Lima foi impulsionar o isolamento nacional (Garcia, 2020).

Como consequência dessas sucessivas crises, a imigração de venezuelanos começou a aumentar, partindo para diversos países. O Brasil é um deles, começando a receber mais de 19 mil pessoas em 2018, impondo desafios para o governo brasileiro para receber tantas pessoas e alocá-las de maneira eficaz. Dessa maneira, uma das medidas levadas a cabo pelo Brasil foi a Operação Acolhida, criada em 2018, que tem como objetivo responder o intenso fluxo migratório na fronteira. Ela realoca as pessoas em situação de vulnerabilidade dos municípios de Roraima para outras cidades do Brasil, de forma segura, ordenada, gratuita e voluntária. Essa realocação, conhecida como interiorização, visa melhoras a integração dos venezuelanos no Brasil e aliviar a pressão sobre os serviços públicos em Roraima, estado que faz fronteira com a Venezuela. A Operação envolve o Governo Federal, estados, municípios, as Forças Armadas, órgãos do Judiciário, organizações internacionais como a ONU Mulheres, a ACNUR e a OIM, e mais de 100 organizações da sociedade civil (Brasil, Ministério do Desenvolvimento).

4. Desafios e conclusão

Como mencionado no trabalho, o Brasil se posiciona como poder mediador desde a Primeira República, com atitudes importantes marcadas por grandes chanceleres como Barão do Rio Branco. Dessa forma, o país visa manter a sua reputação de mediador de conflitos que respeita a soberania dos demais, junto com os direitos humanos e a não-intervenção. Nota-se como o Brasil fez uso desses princípios nas suas tentativas de solucionar conflitos, além de resguardar a sua posição frente ao sistema internacional. A política externa humanista brasileira também pode ser encarada como uma forma de melhorar a sua reputação frente aos países do Norte Global, o desejo de mudar as instituições do sistema para torná-las mais justas torna essencial agradar países do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A partir destas reflexões a análise da crise venezuelana de 2024 pode ser melhor compreendida. Juntando a história do Brasil e seu perfil de apaziguador com as suas relações bilaterais, obviamente, não foram sempre boas, houve momentos de tensões da mesma forma que ocorre neste ano, mas o esforço brasileiro de manter o diálogo sempre se fez presente. O Brasil mantém um forte compromisso na sua política externa de não intervir nos assuntos internos de outros países, assim como respeitar a sua soberania, porém constata-se como essa tarefa é complexa.

O caso da Venezuela tem durado anos desde que Maduro assumiu o poder, piorando a vida de muitos venezuelanos, mas o Brasil não quer repetir doutrinas passadas de influenciar um Estado soberano e desrespeitar sua autonomia. Justamente pelo Brasil deter esse perfil, torna-o um país desejável de assumir esse papel mediador, já que ele não quer se intrometer em assuntos domésticos, apenas conciliar a situação de crise. A partir desse Trabalho de Conclusão de Curso, pode-se inferir como que manter essa reputação e essa atuação podem ser frustrantes ou realizadoras para o Brasil, podendo resultar em uma boa negociação ou em trabalhos congelados, a cooperação é necessária e não depende apenas do que o país enseja, sendo o contexto um bom sinalizador do que se esperar.

5. Referências bibliográficas

ANTUNES PACHECO, Roberta. **Brasil e Venezuela**: do desinteresse mútuo aos acordos bilaterais. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2017.

BULL, Beneticte. ROSALES, Antulio. The crisis in Venezuela. 2020. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/26936900?seq=8> . Acesso em 20 nov. 2024.

CHACON, Vamireh. O livro na rua: **Araújo Castro**. Fundação Alexandre Gusmão e Thesaurus, Brasília, 2008.

CRE ouve Celso Amorim sobre crise política na Venezuela. **Senado Federal**, 15 ago. 2024. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2024/08/ao-vivo-cre-ouve-celso-amorim-sobre-crise-politica-na-venezuela-2013-15-8-24>. Acesso em 17 out. 2024.

DORATIOTO, Francisco. VIDIGAL, Eduardo Carlos. **História das Relações Internacionais do Brasil**. Editora Saraiva, São Paulo, 2014.

ESTEVES, Paulo. JUMBERT GABRIELSEN, Maria. CARVALHO DE, Benjamin. **Status and the Rise of Brazil**: Global Ambitions, Humanitarian Engagement and International Challenges. Palgrave Macmilln, 2019.

EUA, UE e dez países da América Latina rejeitam decisão da Justiça da Venezuela de respaldar vitória de Maduro; Brasil ainda não falou. **G1**. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/08/23/ue-nao-reconhecera-governo-de-maduro-sem-provas-de-vitoria-nas-eleicoes-diz-chanceler-do-bloco.ghtml>. Acesso em 16 out. 2024.

Venezuela: Rights probe points to ‘unprecedented’ repression. **United Nations**. Disponível em <https://news.un.org/en/story/2024/09/1154416> . Acesso em 16 out. 2024.

Saiba quais países já reconheceram reeleição de Maduro. **Poder 360**. 30 jul. 2024. Disponível em <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/eleicoes-poder-internacional/saiba-quais-paises-ja-reconheceram-reeleicao-de-maduro/> . Acesso em 16 out. 2024.

Tribunal Supremo da Venezuela declara Maduro vencedor e proíbe divulgação das atas. **G1**, 22 ago. 2024. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/08/22/tribunal-supremo-da-venezuela-declara-maduro-vencedor.ghtml>. Acesso em 16 out. de 2024

MANZUR, Morales. CARLOS, Juan. La organización de estados americanos y la mediación em conflictos internos: El caso venezolano (2002-2004). Scielo, jun. 2010, Venezuela. Disponível em https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-95182010000200014 . Acesso em 24 nov. 2024.

MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões**: Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980.

Operação Acolhida. Brasil, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome. Disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida> . Acesso em 29 nov. 2024.

GARCIA, Vargas Eugênio. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2005.

Middle power. **Britannica**. Disponível em <https://www.britannica.com/topic/middle-power#ref1231331>. Acesso em 18 out. 2024.

MENDES, André de Oliveira. **Ao resgate da Brigada 2506**: a mediação secreta do governo João Goulart (1962) em favor dos prisioneiros da baía dos Porcos em Cuba no contexto das relações Brasil-Estados Unidos. Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/47602> .

SANTOS DOS, Camila. UNASUR'S Role as a Mediator: the Venezuelan case. BPC Policy Brief v.5, nº9, ago./set. 2015. **BRICS Policy Center**.

VIDAL FEIX, Camila. O Protagonismo Brasileiro diante da Declaração de Teerã. **Conjuntura Austral**, vol. n°4, n°18, 2013.

VIGEVANI, Tullo. JÚNIOR RAMANZINI, Haroldo. Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul. Sielo, jun. 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/dados/a/m7xPyknVXpYCT5jjwk5wysv/?format=html&lang=pt> . Acesso em 21 nov. 2024.

HARIG, Christoph. KENKEL MICHAEL, Kai. Are rising powers consistent or ambiguous foreign policy actors? Brasil, humanitarian intervention and the 'graduation dilemma'. **International Affairs** n° 93, 2017.

RICUPERO, Rubens. **A Diplomacia na Construção do Brasil** (1750-2016). 1ª edição. Rio de Janeiro, 2017.

GARCÍA CHAVES, Alberto Carlos. La crisis política en Venezuela y el papel del Grupo de Lima: balance y desafíos de su acción diplomática. Sielo, 18 dez. 2019, Colômbia. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S190930632020000100177&script=sci_arttext#fn9 . Acesso em 27 nov. 2024.

GEHRE, Thiago. O significado da parceria Brasil-Venezuela. **Carta Capital**, vol. 5, n° 2, 2010. Disponível em <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/547> . Acesso em 20 nov. 2024.

Quotes Winston Churchill. **Britannica**. Disponível em <https://www.britannica.com/quotes/Winston-Churchill> . Acesso em 2 nov. 2024.